

---

## MULTICULTURALISMO\*

---

DOI 10.18224/frag.v28i2.6667

EMIVALDO SILVA NOGUEIRA\*\*

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 1999. 178 p.

**A**ndrea Semprini é um pesquisador muito importante quando se fala de Multiculturalismo. Esse escritor italiano é também diretor do Instituto de Pesquisa de Mercado e Consultoria Arkema, além de professor de algumas das mais importantes faculdades europeias. Semprini escreveu diversos livros e artigos sobre o multiculturalismo, dentre eles, destacamos a obra: *Multiculturalismo* (1999) que será resenhada neste estudo.

Para tanto, a divisão da obra se dá em sete capítulos, a saber: 1) as raízes históricas e a situação atual; 2) as controvérsias multiculturais; 3) o “politicamente correto”; 4) o nó górdio epistemológico; 5) etnia, individualismo, espaço público; 6) espaço público e espaço multicultural e, por fim; 7) o multiculturalismo e a crise da modernidade.

No primeiro capítulo, Semprini traça uma sucinta historiografia das questões multiculturais na sociedade estadunidense, país no qual o debate sobre este tema inaugurou um conjunto de novas abordagens sobre o direito de pertença das minorias. Buscando compreender as causas e as razões das principais contestações e disputas culturais que povoam o cenário social americano, Semprini subdivide o primeiro capítulo em nove tópicos, a começar pela questão indígena que, no processo colonial entre os séculos XVII ao XX foram praticamente dizimados. Reflete ainda sobre a escravidão e o *apartheid*, já que a marca da escravidão na sociedade americana não é menos emblemática. Sob péssimas condições de vida e sob imposição de múltiplo desenraizamento cultural, os negros africanos constituíam a principal mão de obra agrícola na colônia americana, um processo que durou mais de duzentos e cinquenta

---

\* Recebido em 06.09.2018. Aprovado em: 13.09.2018.

\*\* Doutorando em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista da CAPES/PROSUP. E-mail: filliusorion@hotmail.com.

anos, uma vez que está na gênese da história a questão escravocrata. Importa mencionar que, para o autor, “o fundamento do racismo antinegro nunca foi exclusivamente econômico ou de classe, mas também cultural” (SEMPRINI, 1999, p. 18).

Neste mesmo capítulo Semprini reflete sobre as migrações religiosas que se deram entre os séculos XVIII e XIX, sobre a matriz anglo-saxônica que foi caracterizando as instituições estadunidenses por uma concepção liberal, baseada num modelo “operário”, o grande “sonho americano” de uma suposta “igualdade”. O capítulo é bem mais enriquecido quando Semprini relaciona os fluxos migratórios no processo colonial e as mutações demográficas que sofreu, o que obrigou uma expansão na sociedade americana dada a partir dos movimentos pelos direitos civis nos anos 60, com o fim da segregação racial e a inserção dos negros na igualdade de direitos. Tudo isso gerou, segundo o autor, uma “mutação econômica” e um debate de caráter político e identitários, consolidando reivindicações multiculturais e provocando um conflito “inevitável”. Portanto, o multiculturalismo, é o “resultado de um processo de mistura e de encontro de diferenças sem precedência na história dos Estados Unidos” (SEMPRINI, 1999, p. 42).

No segundo capítulo Semprini propõe uma visão ainda mais ampla dos processos multiculturais que se dá nos Estados Unidos, mostrando que o debate multicultural levanta problemáticas e contradições bastante complexas a partir das diferenças. Este autor italiano acredita que, de acordo com uma perspectiva culturalista, “os conflitos culturais podem ser resumidos em três áreas problemáticas: a educação; a identidade sexual e as relações interpessoais, as reivindicações identitárias” (SEMPRINI, 1999, p. 45). A educação porque ela é a responsável pela formação do indivíduo e sua integração na comunidade de iguais e ao *amadurecimento* de suas capacidades, ainda que, a escola tenha se tornado centro de controvérsias multiculturais violentas, visto a desigualdade no ensino e/ou mesmo a falta de acesso a ela.

Além da educação, Semprini (1999, p. 51) cogita um segundo aspecto do multiculturalismo centrada na “guerra dos sexos” com suas reivindicações situadas em identidades sexuais (como os movimentos feministas, etc) e conflitos interpessoais (assédios sexuais, etc), o que gera o terceiro ponto de reflexão do autor, que são as reivindicações identitárias. Para Semprini (1999, p. 56) “os problemas identitários representam outro aspecto importante do multiculturalismo [...] significa as reivindicações de determinadas minorias para que sua especificidade e sua identidade sejam reconhecidas e leis sejam criadas”. Essas reivindicações sinalizam por fim a importância, nas sociedades contemporâneas, da questão do *reconhecimento* do outro enquanto ato fenomênico.

O terceiro capítulo, conforme já anunciado anteriormente, Semprini analisa acerca da expressão do “politicamente correto” tomada do stalinismo nos anos 50 e que perpassou todas as esferas da sociedade infiltrando-se na linguagem, regulando modos de vida, de comportamentos e de compreensão de mundo, numa tentativa de regulação social.

No capítulo seguinte, Andrea Semprini faz uma ilustração, de modo especial, do conflito entre as epistemologias monocultural e multicultural presentes nas sociedades. Semprini (1999, p. 81) chama esse conflito de “nó górdio epistemológico”, sobretudo porque, nos últimos anos ocorreu uma renovação epistemológica para diferentes direções, mas, segundo o autor, podem-se esquematizar quatro aspectos da epistemologia multicultural: “a realidade é uma construção” e “as interpretações são subjetivas”; “os valores são relativos” e “o conhecimento é um fato político”. Já para a epistemologia monocultural: “a realidade existe independentemente das representações humanas” e da “linguagem”; “a verdade é uma questão de precisão de representação” e, o “conhecimento é objetivo”.

Das aporias que restam destas duas perspectivas, o multiculturalismo, segundo o autor, servirá de base para trazer a tona às contradições e os paradoxos da sociedade que se professa universalista. A diferença entre estas duas epistemologias podem ser percebidas nas diferenças entre o essencialismo *versus* o construtivismo, o universalismo *versus* o relativismo, a igualdade *versus* diferença e entre o reconhecimento subjetivo e o mérito objetivo. Semprini (1999, p. 96) reitera que, as controvérsias que daí se conclui “tem se tornado tão violento que é cada vez mais difícil nos Estados Unidos escrever sobre o multiculturalismo sem tomar uma posição “a favor” ou “contra” ou sem pretender estabelecer uma solução definitiva”.

Disso, questiona-se Semprini (1999, p. 97) no quinto capítulo: estamos “rumo a uma sociedade de pessoas?” Para responder a esta pergunta, Semprini expõe os dois modos de posicionamentos anteriormente refletidos, a saber; a visão monocultural e a multicultural, já que uma alude para a questão do reconhecimento do outro enquanto ato fenomênico e subjetivo, composto de relações, e a outra predizendo o peso dos fatores socioculturais sobre o indivíduo. Destas relações não temos apenas um espaço público, mas um espaço socio-cultural semioférico, dadas as reivindicações de reconhecimento que emergem dos grupos minoritários e que multifacetam o espaço público.

Os espaços públicos e os espaços multiculturais tratados no sexto capítulo, segundo o Semprini, merecem esclarecimentos, já que não é uma sobreposição de um pelo outro, ou a supressão de um em detrimento do outro como se quer defender alguns que carregam a visão política do espaço social, mas o reconhecimento, dos grupos minoritários existentes do espaço social que foram suprimidos e/ou controlados. A isto, Semprini expõe quatro modelos de espaço multicultural quem oferecem uma perspectiva diferente sobre o problema da coesão. O primeiro é o modelo político liberal *clássico*, mas, “para os multiculturalistas, o modelo político liberal tradicional é intrinsecamente incapaz de dar uma resposta satisfatória a suas aspirações de reconhecimento e de consideração das diferenças” (SEMPRINI, 1999, p. 136). Os outros modelos apresentados por Semprini são os Modelos Liberal Multicultural, o Modelo Multicultural Maximalista e o Modelo do Multiculturalismo Combinado, cada um com certas limitações, e não menos, sem sofrerem críticas. Semprini conclui o capítulo afirmando que, os “conflitos multiculturais nascem frequentemente do acúmulo de reivindicações de reconhecimento mal administradas ou de “mini crises” não resolvidas”.

Por fim, o sétimo e último capítulo de sua obra Semprini expõe sobre o multiculturalismo e a crise da modernidade, já que esta crise reflete aquilo que está no interior da sociedade: o problema da diferença cultural, étnica e/ou de gênero e a identidade. Para Semprini, o problema reconhecimento do outro enquanto diferente não é exclusivamente ocidental, mas em quase todas as sociedades conhecidas há e houve dificuldades para aceitar a diferença, e que a solução foi a de “diluir” a noção de diferença na igualdade, disto, surgiu outra forma de diferença, a da desigualdade. Na perspectiva epistemológica de Semprini (1999, p. 158):

O ocidente descobrira a que ponto podia chegar o ódio à diferença e a busca pela pureza, entendida como homogeneidade absoluta. Em seguida, o respeito e a valorização da diferença tornaram-se dimensões estruturadoras da cultura política, como antídoto contra a eventualidade de um retorno à barbárie. A ideia de diferenciação não cessou de conquistar terreno até chegar a ser um valor em si, um ponto “marcante” da cultura ocidental.

O multiculturalismo é um dos frutos da crise da modernidade como uma importante ferramenta indicadora das crises do projeto da modernidade, fazendo com que se ultrapassem as concepções de Estados-nação e propondo um sério desafio as sociedades contemporâneas: o reconhecimento do outro enquanto ato fenomênico diferente. Este reconhecimento deve perpassar todas as instâncias sociais; política, religião, educação, gênero, etc. Semprini (1999, 173) finaliza acreditando que é “mais que um desafio social e político, mais que um desafio teórico e filosófico, trata-se de um verdadeiro desafio de civilização que nos é lançado pelo multiculturalismo”.

As reivindicações das minorias, a fim de serem reconhecidas como especificidades que aspiram a uma política identitária, baseiam-se em instâncias políticas, étnicas e culturais relativamente homogêneas. Destarte, enquanto a marginalização dos indivíduos forma um grupo homogêneo, o conteúdo e a expressão das reivindicações transformam-se à medida que as modalidades de articulação da minoria frente ao espaço social evoluem. A fim de emergir, não basta que a minoria adquira uma visibilidade interna de homogeneidade com traços comuns, mas é preciso também ser percebida como tal pelo espaço social ao redor. Esta visibilidade social e cultural, bem como o universalizado acesso ao espaço público e a consideração das especificidades das minorias, constituem as reivindicações identitárias que demandam uma modificação do espaço social e sinalizam a importância do reconhecimento na sociedade ocidental contemporânea.